



Parecer da Associação Portuguesa de Antropologia no âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER)

No âmbito da consulta pública do Programa Setorial das Zonas de Aceleração da Implantação de Energias Renováveis (PSZAER), a Associação Portuguesa de Antropologia (doravante APAntropologia) vem por esta via manifestar o seu posicionamento.

A proposta em consulta pública apresenta várias insuficiências (técnicas, científicas e jurídica). Seguem os argumentos para rejeitar integralmente este plano nomeadamente pelos seus impactos sócio ecológicos e culturais.

A APAntropologia reconhece a necessidade de políticas que promovam a transição energética, mas questiona o modelo desenhado no PSZAER, que prevê a ocupação de 7% do território nacional com projetos de ER (energias renováveis). O PSZAER cria condições para a implementação de megaprojetos, sobredimensionados face à escala do território e das necessidades energéticas reais. Esse sobredimensionamento põe em causa manutenção social, patrimonial, cultural e ambiental das regiões a ser afetadas, que já de si estão fragilizadas por diversos fatores.

As políticas para a transição energética não devem ser apenas alinhadas por orientações técnicas, devem ter em conta as questões socioculturais uma vez que, ao intervirem no território, reconfiguram relações e práticas locais. Assim, importa assegurar que a implementação do PSZAER não comprometa os sistemas socioculturais e ecológicos, os regimes de pertença e as formas de vida que estruturam as comunidades dos territórios visados.

- **Impacto ambiental** – este programa tem vários problemas, mas o central é que a proposta atual, em nome da “simplificação”, permitirá a implantação de megaprojetos de energias renováveis sem ser necessária, nas zonas da chamada “aceleração”, uma avaliação de impacte ambiental caso a caso. Por si só este seria motivo suficiente para o PSZAER não avançar. Soma-se a falta de transparência uma vez que os mapas não estão numa escala que permita concretamente aceder a que áreas abrangem.

A proposta não promove uma transição energética de pequena escala, mas sim uma industrialização das paisagens rurais e de floresta através de megaempreendimentos de energias renováveis. Além disso, é um programa que não prevê o efeito cumulativo da implementação vários projetos na mesma região, nomeadamente das infraestruturas a montante e a jusante, em muitos territórios já de si sujeitos a uma pressão de uso de solos significativa.

O chamado “mapa verde” identifica “as áreas do território mais adequadas à instalação de projetos de energia renovável”, no entanto, somam-se dúvidas aos critérios que presidiram a essa identificação, uma vez que coloca no mapa territórios de elevado valor ecológico e agrícola, com habitats importantes para manutenção da biodiversidade, como zonas de montado de sobro e azinho, olivais e vinha, perto de bacias hidrográficas, corredores ecológicos etc. Contrariamente a todas as evidências científicas, esta suposta transição energética, a avançar, permitirá a destruição de um dos elementos maiores no combate às alterações climáticas: a floresta.

- Impacto sociocultural e nas comunidades locais – As Ciências Sociais, e em particular a Antropologia, têm vindo a estudar como megaprojetos energéticos e industriais que destroem paisagens têm efeitos socioculturais significativos, uma vez que as identidades e práticas locais se constroem na relação com os espaços que as envolvem. A desconsideração dessas evidências científicas antropológicas torna a proposta alheia das comunidades, concebendo os territórios como vazios.

Embora o PSZAER reconheça a salvaguarda de valores patrimoniais e identifique diretrizes para a implementação de projetos de energia renovável, é insuficiente uma vez que não prevê a obrigatoriedade da realização de estudos antropológicos. Além disso, a escala, abrangência territorial e a concentração das áreas conforme proposto coloca em risco:

- sítios arqueológicos ainda não totalmente inventariados;
- elementos arquitetónicos de valor histórico e cultural;
- sítios de memória coletiva e património imaterial ligado à relação quotidiana com a paisagem;
- práticas culturais, festivas e relações comunitárias associadas ao território;

Como consequência, terá impactos significativos nas práticas culturais e comunitárias ligada à paisagem. Por isso, a APAntropologia defende que o programa tem de garantir que qualquer projeto siga as Diretrizes Operativas para a Aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, nomeadamente o princípio ético que aí consta: «Deve ser assegurado o acesso das comunidades, grupos e indivíduos aos instrumentos, objetos, artefactos, espaços culturais e naturais e lugares de memória cuja existência é necessária para expressar o património cultural imaterial [...]. As práticas consuetudinárias que regem o acesso ao património cultural imaterial devem ser plenamente respeitadas.»

A desconsideração pelas populações é característica desta proposta desde a sua génese, uma vez que a identificação das Zonas de Aceleração foi feita à revelia de quem habita essas áreas, expressão dessa desarticulação é o parecer desfavorável que várias autarquias e entidades locais têm dado ao PSZAER. Não houve uma auscultação da sociedade civil nem um processo de consulta pública verdadeiramente participativo e transparente.

Acresce, ainda, que o Programa identifica as áreas, mas não considera os impactos nas atividades socioeconómicas que existem nesses territórios nem o que as populações querem para os seus territórios. Ao ser um passaporte para a destruição de grandes parcelas do território, afetará territórios cuja identidade e economias assentam na paisagem e nos valores ecológicos.

É de sublinhar, igualmente, que o programa não deixa claro quais os benefícios para as populações locais, nomeadamente no que toca ao consumo de energia ou postos de trabalho. O desenho do PSZAER promove megaprojetos centralizadores e ignora alternativas de base local, como comunidades de energia, por exemplo.

Considera-se, portanto, que o PSZAER, na sua redação atual, não assegura um equilíbrio adequado entre a transição energética, a proteção do ambiente e da paisagem, a proteção de sítios de valor cultural e os direitos das populações. Por estes motivos e com estes fundamentos a APAntropologia emite o seu parecer negativo a este programa e recomenda que seja desenhado um novo programa para a transição energética que:

- Resulte de processo de participação pública transparente, informado e compatível com a dimensão e importância estratégica deste instrumento de planeamento nacional;



- Sejam feitos estudos independentes sobre os diferentes impactos ambientais, económicos, sociais e culturais, com a construção de cenários para a sua avaliação;

- Parta das necessidades energéticas reais dos territórios, a uma escala regional, criando condições para a implementação de soluções descentralizadoras de produção de energia (autoconsumo).

Uma transição energética tem de ser feita através de um modelo justo, que não sacrifique zonas para benefícios de outras. Não é possível fazer uma transição através de uma aceleração, conforme proposto pelo PSZAER, nem sem ter em conta as práticas e vontades das populações e comunidades.

Pela Direção da Associação Portuguesa de Antropologia,

Vanessa Iglésias Amorim

Vice-Presidente da Direção

15 de julho de 2026